

I-125 – RELAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE GESTÃO E O PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ESTADO DO MATO GROSSO

Thamires Silva Martins⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso. Mestranda em Engenharia de Edificações e Ambiental pela FAET/UFMT.

Hélen Cristina Oliveira dos Reis⁽²⁾

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso. Mestranda em Ciência e Tecnologia Ambiental pela UTFPR.

Endereço⁽¹⁾: Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2.367 – Boa Esperança – Cuiabá – MT – CEP: 78060-900 - Brasil - Tel: (65) 99906-8731 - e-mail: thamiresmartinsms@outlook.com

RESUMO

A garantia do acesso universal e de qualidade ao saneamento básico no Brasil ainda representa um grande desafio. Assim como outros serviços públicos essenciais, os déficits elucidam o retardo do País na garantia de direitos básicos como acesso à água. A supressão, a desigualdade e a baixa qualidade dos serviços é o resultado de um modelo de desenvolvimento conectado ao modo de produção capitalista e, como tal, promotor de contradições, antagonismo e iniquidades. Assim sendo, o principal objetivo do presente trabalho é abordar sobre o panorama da universalização do abastecimento de água dos municípios do estado do Mato Grosso, estado este que ocupa a nona pior colocação entre os estados brasileiros quanto à universalização do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos domésticos. Sobre os objetivos específicos, busca-se identificar a relação entre os prestadores de serviços de abastecimento de água e o acesso a água destes municípios, permitindo apontar se os serviços concessionados ou por autarquias estão apresentando maior eficiência quando comparados aos serviços prestados diretamente pela Prefeitura Municipal. A metodologia empregada no trabalho foi dividida em duas partes: (a) Identificar a forma da prestação dos serviços dos municípios do Mato Grosso (b) Verificar o percentual do atendimento dos serviços prestados no que tange o acesso ao abastecimento de água. Dentre os principais resultados, observa-se que do total de 59 municípios geridos pela administração direta, 25 municípios (42,37%) possuem índice de atendimento da população com abastecimento de água entre 81 e 100%, 18 municípios (30,51%) com índice entre 61 e 80%, 10 municípios (16,95%) com índice entre 41 e 60%, 5 municípios (8,47%) com índice entre 21 e 40% e apenas 1 município (1,69%) com índice entre 0 e 20%. Quanto aos municípios cujo setor de abastecimento de água é gerido por concessionárias, 16 dos 30 municípios possuem abastecimento entre 81 e 100%, representando um total de 53,33%. Dentre os 14 restantes, 11 municípios (36,67%) apresentam percentual de atendimento entre 61 e 80%, e 3 municípios (10,00%) possuem percentual de atendimento entre 41 e 60%. Verifica-se que o setor do abastecimento de água no estado do Mato Grosso ainda carece de atenção, aos serem observados municípios que possuem o índice de abastecimento de água inferior à 20%, levantando o questionamento acerca da utilização de poços cacimbas ou formas de captação de água irregulares sem qualquer discernimento acerca dos padrões de potabilidade, tendo em vista que a água é um bem que todos os seres humanos necessitam para garantir a sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: Abastecimento de Água, Prestação de Serviço, Modelo Centralizado, Modelo descentralizado, Concessão.

INTRODUÇÃO

O funcionamento do saneamento básico possui como característica a presença marcante de custos fixos elevados em capital altamente específico. A principal consequência dessa configuração, associada à idéia de monopólio natural, é um dilema entre a eficiência produtiva e a eficiência alocativa, além de um ínfimo incentivo ao investimento.

Consequentemente, o setor de saneamento organiza-se em boa parte do mundo sob o formato de gestão pública e local. Inúmeros países desenvolvidos atingiram a universalização quase absoluta sob esse modelo, embora constatada uma tendência por uma maior participação da iniciativa privada. Atualmente, somente dois países apresentam um predomínio da iniciativa privada –França e Inglaterra –, os quais são elencados como dois modelos diferentes de parceria entre os setores público e privado.

Entre os setores da infraestrutura brasileira, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário são os que vem apresentando maiores dificuldades econômicas e institucionais, com repercussão nos índices de atendimento e na qualidade dos serviços. Entre os principais problemas do setor estão a baixa eficiência operacional, a insuficiência de investimentos, a ausência de regulação e de controle social e a presença de déficit de atendimento, especialmente no tocante à coleta e tratamento de esgotos sanitários. Nascimento e Heller (2005) apontam como responsáveis pelo déficit dos serviços os seguintes fatores: a fragmentação de políticas públicas, com múltiplos agentes e baixo nível de integração das ações; os problemas relacionados com a concessão e a regulação dos serviços, envolvendo o poder concedente e a concessionária; a carência de instrumentos de regulamentação e de regulação; e a ausência de continuidade administrativa e de mecanismos que assegurem a implantação de ações e regulamentos oriundos do planejamento.

Não obstante, o estado de Mato Grosso ocupa a nona pior colocação entre os estados brasileiros quanto à universalização do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos domésticos (TRATA BRASIL, 2015). Neste viés, o principal objetivo do presente trabalho é abordar sobre o panorama da universalização do abastecimento de água dos municípios do estado do Mato Grosso. Acerca dos objetivos específicos, busca-se identificar a relação entre os prestadores de serviços de abastecimento de água e o acesso a água destes municípios, permitindo apontar se os serviços concessionados ou por autarquias estão apresentando maior eficiência quando comparados aos serviços prestados diretamente pela Prefeitura Municipal.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada em 2017 e foram obtidos documentos em sites oficiais do governo como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e na literatura técnico-científica. Dos 141 municípios do estado do Mato Grosso, foram encontrados em meio digital informações acerca de 106 municípios. Os dados dos 106 municípios correspondem a municípios abastecidos por Concessionárias e por serviços de abrangência local (SAAEs e DEMAES). Deste modo, o estado de Mato Grosso pode ser considerado como um bom retrato médio do Brasil, por apresentar regiões de maior e menor poder aquisitivo, maior e menor precipitação, maior e menor temperatura.

A metodologia empregada no trabalho foi dividida em duas partes: (a) Identificar a forma da prestação dos serviços dos municípios em questão (b) Verificar o percentual do atendimento dos serviços prestados no que tange o acesso ao abastecimento de água.

Para verificar o percentual do atendimento dos serviços prestados no abastecimento de água, fez-se uso da população total do município do ano de referência, conforme dados obtidos pelo IBGE referentes ao ano de 2015, e o indicador AG001 do SNIS, que corresponde à população total atendida com abastecimento de água no ano de referência.

RESULTADOS OBTIDOS

Dentre os 141 municípios existentes no estado do Mato Grosso, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) não possui informações de 35 municípios sobre o modelo de gestão de abastecimento de água, conforme elucida a figura a seguir.

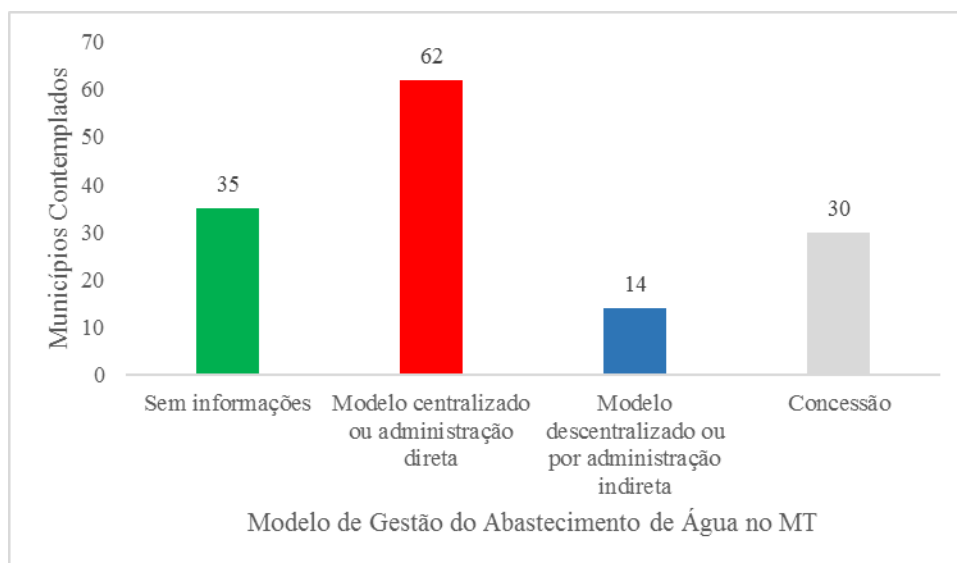


Figura 1: Municípios do estado do Mato Grosso e seus respectivos modelos de gestão do sistema de abastecimento de água

De acordo com a Figura 1, observa-se que 62 municípios são contemplados pelo modelo centralizado ou administração direta (43,97%), que se trata de serviço de abastecimento de água prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, seja por meio de secretaria, departamento ou repartição da administração direta. O modelo descentralizado ou por administração indireta, que corresponde aos serviços organizados sob a forma de autarquias municipais, representa um total de 9,93% dos municípios do estado do Mato Grosso. Já o modelo baseado nos contratos de concessão representa 21,28% dos municípios.

Desta forma, nota-se que aproximadamente 50% dos municípios de Mato Grosso possuem modelos centralizados, conferindo à Prefeitura Municipal o poder da administração dos serviços do abastecimento de água.

Dos 106 municípios os quais o SNIS possui informações sobre o modelo de gestão empregado ao sistema de abastecimento de água, 103 municípios possuem informações sobre a população total atendida com o abastecimento de água, sendo 59 municípios atendidos pela administração direta, 14 atendidos pela administração indireta e 30 atendidos por concessionárias. De posse com os dados referentes à população total do município no referido ano, foi possível calcular o percentual de atendimento da população com abastecimento de água em cada um dos 103 municípios. Os resultados podem ser conferidos nas figuras a seguir:

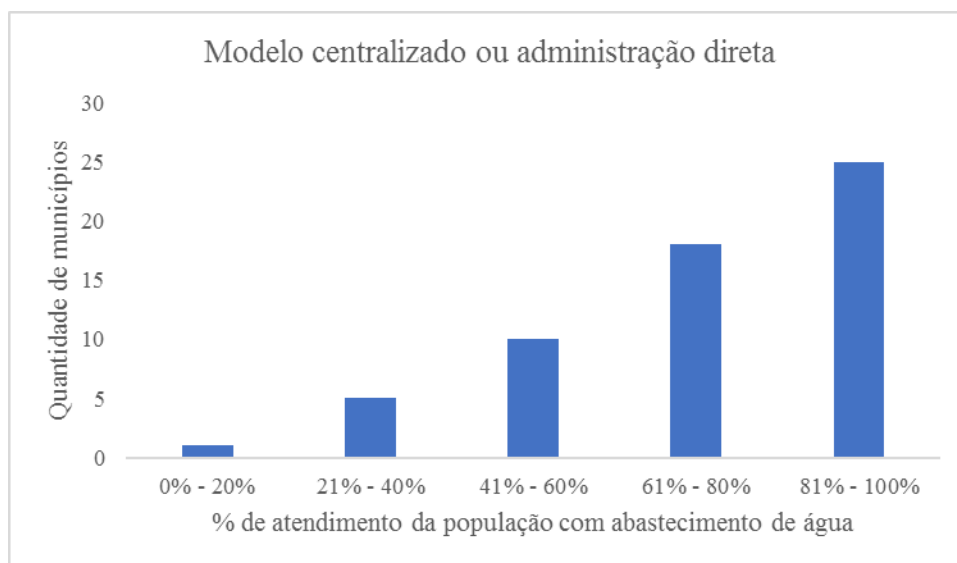


Figura 2: Relação entre a quantidade de municípios cujo sistema de abastecimento de água é gerido através de um modelo centralizado e o percentual de atendimento da população com o referido abastecimento

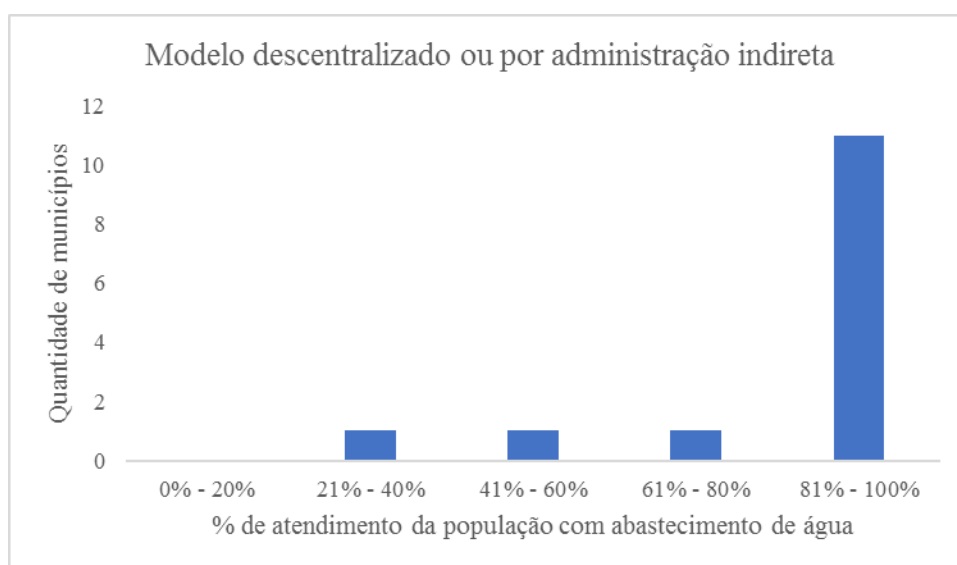


Figura 3: Relação entre a quantidade de municípios cujo sistema de abastecimento de água é gerido através de um modelo descentralizado e o percentual de atendimento da população com o referido abastecimento

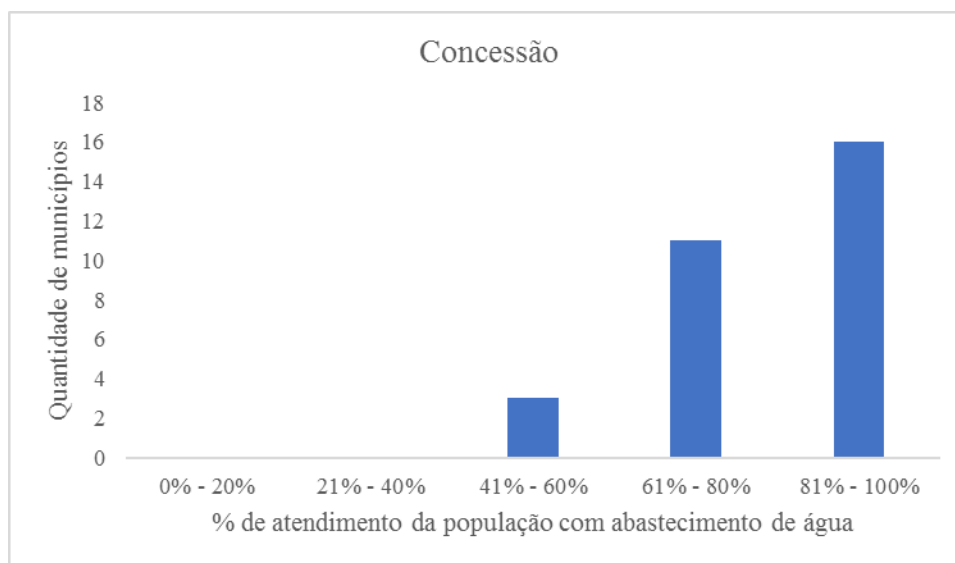


Figura 4: Relação entre a quantidade de municípios cujo sistema de abastecimento de água é gerido através de concessões e o percentual de atendimento da população com o referido abastecimento

ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o SNIS, 83,3% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada, ou seja, mais de 35 milhões de brasileiros não possuem acesso a este serviço básico. Frente a esta realidade, o estudo acerca do percentual de atendimento da população com abastecimento de água envolvendo os seus respectivos modelos de gestão apresenta-se de extrema importância, tendo em vista que o prestador de serviço é um dos principais responsáveis pela situação que permeia o Brasil no acesso à água potável.

Assim sendo, ao observar a Figura 2, observa-se que do total de 59 municípios geridos pela administração direta, 25 municípios (42,37%) possuem índice de atendimento da população com abastecimento de água entre 81 e 100%, 18 municípios (30,51%) com índice entre 61 e 80%, 10 municípios (16,95%) com índice entre 41 e 60%, 5 municípios (8,47%) com índice entre 21 e 40% e apenas 1 município (1,69%) com índice entre 0 e 20%.

Já a Figura 3 elucida que dos 14 municípios geridos pela administração indireta, 11 (78,57%) possuem índice de atendimento da população com abastecimento de água entre 81 e 100%. Nas demais faixas, esse modelo de gestão no estado do Mato Grosso, possui 1 município com percentual de atendimento entre 61 e 80% e 1 município com percentual de atendimento entre 41 e 60%.

Quanto aos municípios cujo setor de abastecimento de água é gerido por concessionárias, 16 dos 30 municípios possuem abastecimento entre 81 e 100%, representando um total de 53,33%. Dentre os 14 restantes, 11 municípios (36,67%) apresentam percentual de atendimento entre 61 e 80%, e 3 municípios (10,00%) possuem percentual de atendimento entre 41 e 60%. Ressalta-se que nenhuma das concessionárias possui percentual de atendimento da população com abastecimento de água inferior à 40%, situação esta não observada nos demais modelos anteriormente citados.

Nota-se que mesmo com modelos privados de gestão, ainda existem municípios em que a universalização do abastecimento de água não foi atingida, porém está próxima, como os municípios de Vera e União do Sul, demonstrando que esta precariedade vai muito além da prestação de serviço adotada, e que este problema alcança níveis que fogem da alçada dos respectivos prestadores.

Não obstante, o município de Nova Monte Verde chama atenção devido ao seu baixo índice de atendimento de água à população (2,89%), cuja prestação de serviço é de responsabilidade da Prefeitura do município, sendo caracterizado como o único município neste estudo com índice abaixo de 20%.

Vale ressaltar a importância nos municípios cujo abastecimento já é universalizado, como Cuiabá (Concessão), Ipiranga do Norte (Modelo Descentralizado) e Santa Cruz do Xingu (Modelo Centralizado), apontando que os três modelos de gestão em estudo são capazes de alcançar resultados satisfatórios.

E com vistas a sanar os problemas deste viés, a elaboração do Plano de Saneamento de 109 municípios do estado do Mato Grosso vem com o intuito de elaborar um diagnóstico e prognóstico acerca dos municípios e propor programas e ações que visem resolver os problemas que atingem os quatro escopos do saneamento básico, estando entre eles o abastecimento de água aos municípios. Desta forma, problemas como este passarão a ser discutidos de forma mais enfática, devido às premissas expostas no plano de saneamento, sempre com vistas a obedecer ao direito universal de acesso à água em quantidade e qualidade suficiente para a atual e gerações futuras.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Verifica-se que o setor do abastecimento de água no estado do Mato Grosso ainda carece de atenção, aos serem observados municípios que possuem o índice de abastecimento de água inferior à 20%, levantando o questionamento acerca da utilização de poços cacimbas ou formas de captação de água irregulares sem qualquer discernimento acerca dos padrões de potabilidade, tendo em vista que a água é um bem que todos os seres humanos necessitam para garantir a sobrevivência.

Não obstante, observa-se que modelos de administração indireta e concessões apresentaram índices satisfatórios quando comparados com o modelo de administração direta. No entanto, vale ressaltar que o modelo descentralizado é ainda pouco aplicado no estado, e cabe ser amplamente estudado sua aplicação em decorrência dos resultados aqui obtidos.

Recomenda-se por parte dos municípios, o preenchimento dos dados referentes ao SNIS, tendo em vista que esta plataforma permite um estudo amplo acerca das reais condições do município, auxiliando no processo de tomada de decisão de questões que envolvem o abastecimento de água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANA (Agência Nacional de Água). Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas. Brasília, 2017.
2. GALVÃO, A.C.J. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. *Rer. Panam de Salud Pública*. v.25, n.6, p.548-556. 2009.
3. CABRAL, L. S. L. Análise comparativa do desempenho de prestadores públicos e privados de serviços de água no Brasil entre 2003 e 2013: há um vencedor?. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2016.
4. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em nov 2017.
5. INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento, 2015. Disponível em: <<http://m.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2015>>. Acesso em: 25 abr 2018.
6. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2013. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014.
7. NASCIMENTO, N. O.; HELLER, L. Ciência, tecnologia e inovação na interface entre as áreas de recursos hídricos e saneamento. *Eng. San. Ambiental*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 36-48, jan./mar. 2005.
8. SANCHEZ, O. A. A privatização do saneamento. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 1, p. 89-101, 2001.
9. SISTEMA Nacional de Informação sobre Saneamento – SNIS. Portal Eletrônico. Brasília: Disponível em: www.snis.gov.br. Acessado em nov 2017.